



ATA NÚMERO 17

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte e uma horas no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Jorge José Magalhães Mendes, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, Raimundo Magalhães, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães Carlos Gonçalo Teixeira Pereira e Pedro Barros, respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Sílvia Mota**, Octávia Manuel Clemente, Maria José Castelo Branco, Hélder José Magalhães Ferreira, **Marta Marinho**, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, **José Augusto Carvalho Pinto da Silva**, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Joaquim Augusto Teixeira, José Joaquim Magalhães Teixeira, Carlos António da Silva Carvalho, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Miguel Borges**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão

CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho

FREGIM – Sandra Castro Fraga

FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós

GONDAR – Hugo Vaz

GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro

JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira

LOMBA – José Sidónio Vasconcelos

LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – José Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro, substituído por Daniel Costa
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA –
Henrique Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS
E GATÃO – Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO
DE REI – Ângelo Magalhães,
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA.
CRISTINA – Daniel Pinheiro,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO
– **Faltou**
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa
Leite
VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo,
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA –
António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Alexandra Matias, Fernando Miguel Sousa Cardoso, Hugo Carvalho, Fernando José Moura e Silva, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Maria Helena Ribeiro Portela e o Presidente da Junta de Salvador do Monte.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a da reunião ordinária de 22 de dezembro. Dado não ter havido qualquer pedido de correção, passou-se de imediato à votação da referida ata. De acordo com o novo Código de Procedimento Administrativo não votaram esta ata os senhores: Rui Miguel Borges, Sílvia Mota, Marta Marinho, Joaquim Augusto Teixeira e Daniel Costa pelo facto de não terem estado presentes na reunião de 22 de dezembro último.

Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

Uma vez que não havia correspondência, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu continuidade aos trabalhos, passando-se então ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra começou por dizer que trazia quatro recomendações à Câmara Municipal. A primeira prende-se com o congestionamento de trânsito que se vive na estrada Nacional 15, no lugar da Rampa Alta, uma vez que há cerca de um mês foram lá colocadas umas barreiras em betão que embora sinalizadas com semáforos, condicionam e provocam grandes filas. Gostaria de saber da parte do senhor Presidente da Câmara quem as colocou, para que as colocou e durante quanto tempo vão permanecer ali.

A segunda questão tem a ver com a mobilidade e prende-se com um arruamento interno, na zona da urbanização do Salto, numa artéria que vem sair à Rua de Guimarães, muito estreita e com dois sentidos. Julga que não está regulamentada e cria problemas a quem ali pretende circular. Pede por isso à Câmara que sinalize a rua.

A terceira questão tem a ver com problema de saúde pública e que está à vista de todos. Em Padronelo, debaixo da ponte, onde cai o saneamento da parte alta de Padronelo, na margem direita do Rio Ovelha. O saneamento caía numa mini ETAR que estava do lado esquerdo através de um tubo pvc suspenso, que se encontra em mau estado há mais de um ano. Em tempos e perante problema igual, a Câmara mandou repará-lo, mas com a última cheia o tubo foi arrastado rio abaixo, o que leva a que o saneamento esteja a drenar para o rio Ovelha. O saneamento da parte alta de Jazente também drena para lá. Uma vez que a avaria existe há mais de um ano, segundo os técnicos das Águas do Noroeste, as águas caem no rio. Sabe-se que a estação elevatória está pronta e pelo que lhe dizem a ETAR de S. Simão está concluída começa a ser altura de pôr fim àquela situação que já dura há bastante tempo.

A última questão prende-se com uma situação já por si referida há um ano, e que tem a ver com a mobilidade dos Amarantinos e o VIA. Na altura teceu algumas considerações e alguns alertas para que fossem substituídas as viaturas porque eram velhas e desadequadas para à nossa cidade. Como ainda hoje os autocarros continuam a andar vazios as pessoas, a exemplo do que já faziam, continuam a perguntar quem é que paga isto. Este projeto já tem dois anos, e afinal que custos tem para o município? Há um ano atrás o senhor Presidente da Câmara disse-lhe que não havia custos para o município. A situação mantém-se?

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra disse que: “faz hoje sensivelmente a esta hora ma semana que nós cidadãos amarantinos fomos presenteados com um programa em que uma temática amarantina esteve num canal de televisão, a RTP, no programa Sexta às Nove. Entendo oportuno falar do assunto versado nesse programa. Quando qualquer um de nós ouve falar de Amarante e na televisão quase sempre é com motivos de alguma satisfação, porque todos nós gostamos de ouvir falar de Amarante. Muitas vezes tem sido notada a presença

de Amarante nos canais televisivos, mas desta vez a temática, não foi uma temática que nos deixasse a nós, com alguma responsabilidade política, muito satisfeitos.

Ouvimos depoimentos de professores ou ex-professores, ouvimos o depoimento de um Vereador da oposição, o Dr. Dinis Mesquita, ouvimos o depoimento do senhor Presidente da Câmara e ouvimos ainda o depoimento do Presidente/Administrador da entidade que tutela hoje a escola profissional. A minha preocupação é que infelizmente a escola entrou num processo de insolvência. Surgiu então uma entidade, pelos vistos a pedido, que se disponibilizou para administrar a nova escola, um Instituto Cooperativo. Vi que esta situação não é boa para muita gente que está ou esteve ligada àquela escola. Não é seguramente uma boa situação para quem dirige hoje a escola. Apesar disso, vi uma relação de confiança muito grande em relação ao senhor Presidente da Câmara. E permita-lhe que lhe diga com franqueza e com frontalidade: - o senhor não é do meu partido, o senhor sabe que eu nunca fui seu apoiante, mas o senhor é o meu Presidente da Câmara e não gostaria nunca de ver o meu Presidente da Câmara responsabilizado por questões que eventualmente não são da sua responsabilidade enquanto atribuições pela incumbência da função que exerce que é a de ser Presidente da Câmara. Quando ouvi uma professora dizer que confiava na palavra do Presidente da Câmara, julguei ter percebido que ela disse mesmo, de uma forma subentendida que todos os créditos que tem os virão reclamar ao Presidente da Câmara. Eu entendo que essa parte aí, já não pode ser. A empresa de que ela é credora tornou-se insolvente. É a essa empresa insolvente que ela e todos os outros credores poderão reclamar créditos. Porque, se assim não for, abre-se aqui um precedente muito grande para com todas as outras instituições e porventura também empresas privadas que por razões diversas se tornem insolventes. Era esta a minha preocupação, porque tudo o resto são desabafos, perguntava então ao senhor Presidente da Câmara até onde entende que deve ir a responsabilidade do município perante a Escola Profissional? Que responsabilidade está disposta assumir perante os colaboradores que são credores de insolvente escola? O senhor Presidente acredita mesmo que este projeto de escola tem viabilidade? A minha opinião sincera é de que não terá.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que “ queria salientar o assunto que o Professor Jorge Pinto trouxe aqui à Assembleia e a maneira como a trouxe. O que é facto, é que neste momento o que foi a insolvência não foi a escola, foi a entidade que geria a escola, o Ensino Profissional de Entre Douro e Tâmega SA. Atualmente, embora alguém possa dizer que vai reclamar os créditos, eles devem ser reclamados a esta entidade declarada insolvente em agosto de 2014. Mas atenção, a Câmara era sócia desta entidade numa proporção de 45%. Havia outra entidade que detinha mais 45% e o restante era detido por

outros sócios. A pergunta que era necessário fazer era quando a empresa em agosto foi declarada insolvente, melhor dito tinha um passivo de dois milhões de euros. E como a empresa foi declarada insolvente, o património que a Câmara lá tinha desapareceu. Afinal, temos de perguntar de quem é a responsabilidade, uma vez que a escola já vinha de 1991, da escola ter chegado a este ponto de ter um passivo de dois milhões de euros. Atualmente a Câmara não tem responsabilidades na escola e não é sócia. A escola transitou para a gestão de uma entidade privada. A Câmara apoiou no início porque assumiu o compromisso dos alunos terminarem o ciclo de estudos. Esta Câmara herdou a esta situação. Portanto é preciso perguntar de quem é a responsabilidade de ter desaparecido 45% do património da Câmara, quando a anterior empresa dona da escola entrou em insolvência. De quem é a responsabilidade senhores deputados? É esta a pergunta que tem de ser feita. Se quisermos apurar o que tem de ser aprovado então, a título de recomendação podemos pedir uma auditoria à entidade que era dona da escola até porque ao que sei havia problemas de gestão. A administração da escola no âmbito da anterior entidade ganhava duzentos mil euros por ano. Como é que uma empresa que tinha um passivo superior a dois milhões de euros podia pagar aos administradores duzentos mil euros por ano? Quem é que andou a empurrar com a barriga? Quem é que nomeou a administração? Quem é que manteve a administração em funções ao longo destes anos todos? Como é que se deixou chegar a escola a passivo destes?

A Assembleia Municipal tem competência para se poder fazer avançar uma auditoria, ou até para criar uma comissão que analise todo o trajeto da escola. Também já foi à falência a SER/EDT, uma empresa que também deriva da celebre Agência de Desenvolvimento de Entre Douro e Tâmega SA e que salvo erro tinha um laboratório de gestão de água. Era preciso ver quem foram os órgãos de gestão destas entidades e o que andaram a fazer ao longo de todos estes anos. É preciso saber porque é que deixaram chegar a escola ao ponto dos trabalhadores terem de recorrer à insolvência. Para além de em 2003, a Câmara ter injetado duzentos e cinquenta mil euros na escola e ter também havido em 2010 um aumento de capital, que os Vereadores do PSD votaram a favor, porque nos foi dito na altura que essa era a única forma da escola continuar a funcionar. Era importante que funcionasse. Nessa perspectiva votamos a favor. O aumento de capital foi conseguido em 2011, no valor de quinhentos e sessenta mil euros, que a Câmara facultou à empresa que titulava a escola, verba essa que desapareceu com a insolvência. De quem é a responsabilidade? É desta Câmara? Não é e aqui há muitas perguntas a fazer. Eu compreendo a pergunta que o senhor Deputado Jorge Pinto fez. O problema é que desapareceu um património considerável da Câmara e ainda não estão apuradas as responsabilidades desse desaparecimento. Esse é que é o grande problema que a atual Câmara herdou e com que teve de se confrontar. A escola para chegar a 2014 ao ponto a que chegou, já vinha com muitos erros graves de há muitos anos atrás. Esta Câmara foi sensível à

questão dos alunos e tentou que a escola continuasse em funcionamento. Agora, surgem problemas com esta entidade. Os problemas são agora entre a massa insolvente e a entidade que atualmente gere a escola, uma vez que a Câmara não titula agora a escola. A Câmara apenas se comprometeu a apoiar os alunos, para que eles pudessem terminar o ciclo de estudos e não vejo mal nenhum nisso. Por outro lado, há cursos que estão a ser ministrados que eu sei que são importantes para o Município, como por exemplo o termalismo, vitivinicultura e enologia. Seria de fazer uma discussão por forma a apurar se a continuidade da escola é sustentável ou não. E se for sustentável, face às montanhas de dinheiro que o anterior Executivo enterrou na escola, se enterrasse uma pequena porção de dinheiro nesta nova entidade, que está a exercer uma função de interesse público, embora sabendo que há um diploma de 2015 que dá também atribuições ao Município nesse sentido e que foi acrescentado à lei 75/2013, lei das competências do Município. Se houver uma maneira legal de continuar a funcionar com algum apoio da Câmara, sustentando essa função pública, não vejo mal nenhum que se averigue essa sustentabilidade. O que ressalta de tudo isto é saber de quem foi a responsabilidade do desaparecimento do património público da Escola Profissional António Lago Cerqueira – EPALC.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra começou por referir que ia dizer o contrário daquilo que o senhor Deputado António Araújo disse. O Dr. Araújo disse que o senhor Professor Jorge Pinto na intervenção que fez, colocou o assunto de uma forma séria e quis apenas saber até que ponto o senhor Presidente da Câmara estaria disponível para intervir na questão da escola. O senhor Deputado como sempre e aliás como é hábito vem sempre misturar os assuntos e tentar defender o indefensável. Ainda por cima tentando insinuar que a responsabilidade é do anterior Executivo. Aquilo que foi questionado ao senhor Presidente da Câmara era uma pergunta muito direta, que era o de saber “até onde é que o senhor Presidente da Câmara estava disponível para assumir responsabilidades, considerando aquilo que ouviu na notícia e partindo do pressuposto que correspondia a uma realidade. Contudo, aquilo que poderá ser uma realidade, pode efetivamente não corresponder integralmente. Agora, vir querer dizer que foram investidos, melhor enterrados dois milhões de euros na escola, que não tiveram sucesso nenhum, esquecendo-se que os investimentos que foram feitos no passado, incluindo um aumento de capital que referiu, permitiram que a escola fosse funcionando até 2013. Quando aparece o processo de insolvência da Escola já é este Executivo que está em funções. Este executivo avançou com propostas e “enterrou”, nas palavras do Dr. Araújo mais cento e trinta mil euros. Em agosto, levaram o assunto de novo à reunião de Câmara e não fazem proposta nenhuma para encontrar uma solução. Aí sim, a Câmara, que detinha 45% da entidade que geria a escola, tinha obrigação de encontrar a solução. Será este o momento para estarmos a

discutir a viabilidade da nova instituição? Será esta a altura para estarmos aqui a discutir os créditos salariais dos trabalhadores? Ou efetivamente a discussão que o Professor Jorge Pinto tentou trazer a esta Assembleia foi a de saber da viabilidade do ensino profissional que devia ter sido discutida em agosto, quando veio a insolvência e quando apareceu a nova instituição, o ISTICOP. Era sobre esta questão que o PS queria refletir e era para aí que pretendia essa discussão de uma forma séria sobre o ensino profissional, que todos sabemos que passa por dificuldades que tem a ver com as forma de financiamento. O financiamento de pende de fundos comunitários que ao longo do tempo foram diminuindo. Também sabemos que a escola, também por força da insolvência da entidade que geria o laboratório foi trazendo constrangimentos no financiamento dos cursos que não eram sustentáveis para as despesas que apresentavam.

Efetivamente quando nós em 2010, apresentamos a proposta de aumento de capital da escola foi no pressuposto de que se iria estabilizar o passivo da escola. Mas também se esqueceu de dizer que nesse aumento de capital, passou a escola a ter instalações próprias e que eram até essa altura arrendadas. Isso constitui um ativo da escola. Seja como for senhor Deputado, a questão que o PS gostava de ver discutida relativamente à sustentabilidade da escola é que efetivamente de uma forma séria, uma vez que esta nova instituição cooperativa que está a gerir a escola profissional está com dificuldades porque não tem pago as rendas. Portanto, aquilo que se pretendia ouvir da boca do senhor Presidente da Câmara é se esta nova cooperativa tem ou não condições para pôr a escola a funcionar, porque nos parece que terá grandes dificuldades em manter-se sustentável. Era este o esclarecimento que o PS queria ver discutido neste ponto.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por dizer à senhora Deputada Octávia Clemente que lhe agradecia que há semelhança do que tem feito, não tentasse condicionar as suas intervenções. “Agradeço que critique o conteúdo, mas não se reporte à forma, uma vez que também não os faço quanto às suas intervenções”.

Depois, também é natural que não interesse discutir o passado. Deu-me agora uma dica muito importante quando disse que com o aumento de capital a escola ficou com instalações próprias. Pois ficou porque a outra empresa, que também era dona da escola entrou em espécie com as instalações. A Câmara entrou com quinhentos e sessenta mil euros e eles entraram com as instalações avaliadas em duzentos e tal mil euros, mais um atraso de rendas que já na altura era duzentos e cinquenta mil euros. Ou seja: no final de 2010, a escola já devia e essa entidade duzentos e cinquenta mil euros de rendas. Por isso é que eles entraram com uma cota em espécie. Avaliaram o edifício em duzentos e oitenta mil euros, mais os duzentos e cinquenta mil euros de rendas que também foram contabilizados para esse aumento em espécie. É verdade que as instalações ficaram para a escola, mas também foi um

património que desapareceu com a insolvência. As instalações que eram da escola também desapareceram. Com a insolvência vão para os credores.

Também é sério discutir o passado e as responsabilidades do passado. Mais sério seria que se fizesse uma sindicância às contas e a tudo o que seja possível fazer. Eu penso que à priori, desde logo não se admita que uma empresa que tem a situação que tinha, tenha tido uma administração a ganhar duzentos mil euros por ano. Isso é inadmissível, e o que é certo é que ainda ninguém me desmentiu, nem que eu estou errado. Eu já disse isto duas ou três vezes e ninguém me desmentiu. Queria que me confirmassem este valor, se alguém aqui tiver essa confirmação que ma confirme.

Nesta altura o senhor Presidente da Assembleia, disse-lhe que a quem o senhor deputado devia perguntar era à administração, ao que o senhor Deputado respondeu que quando quisesse que o senhor Presidente comentasse as suas intervenções lhe pedia para o fazer, porque pensa não ser da competência do senhor Presidente da Assembleia fazê-lo, isto com o devido respeito. Este não é o momento. No final se assim o entender poderá fazê-lo.

Também a senhora Deputada veio aqui dizer que este Executivo é o culpado, quando só em outubro de 2013 entrou em funções. A insolvência foi requerida em julho de 2014. Como é que quer que num espaço de meio ano este Executivo possa ser o responsável pela insolvência, quando o passivo da empresa era já de dois milhões de euros. Faça o favor de o dizer, porque essa afirmação ficava-lhe muito bem.

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra disse que não tem por hábito vir retorquir as intervenções de quem quer que seja. No entanto o Dr. Araújo tem forma peculiar de conduzir o debate político nesta Assembleia, mas nós também não dormimos.

Eu vim aqui e coloquei formalmente três questões ao senhor Presidente da Câmara. Apesar da minha idade, que já não é pouca, ainda consigo viver sempre perspetivado no futuro. Eu não vivo do passado. O que me preocupa a mim agora é o futuro. E foi nesse contexto que eu coloquei três questões ao senhor Presidente da Câmara quanto ao futuro. Não é este o momento mais oportuno para falar do passado. Se porventura ainda tiver de dizer alguma coisa mais, só o farei depois de obter as respostas que o senhor Presidente me vier a dar.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que o PS não tem problema nenhum na sindicância. Quem a puder requerer esteja à vontade para a requerer. O PS não tem receio nenhum. Nessa altura iremos ver o que foi feito na escola e os resultados obtidos na escola ao longo de toda a sua existência. Não podemos vir para aqui agora fazer as contas finais daquilo que interessa. Mais uma vez, o senhor Deputado gosta sempre de dar a volta ao texto como lhe aprova. Mas

a realidade é só uma. O património não desapareceu. Ele vai servir para pagar aos credores os seus créditos. Quanto, às remunerações dos administradores, devo reconhecer que não sei o valor. Agora o que sei, é que quando se trabalha com fundos comunitários, há valores que são elegíveis e os vencimentos são indexados em função disso. Portanto se o passivo era grande e os vencimentos não estão a ser pagos, é lógico que quanto maior for o valor das remunerações, maior será a despesa final. Isso será sempre imputado como despesa elegível que um dos problemas de financiamento é o facto das candidaturas serem aprovadas com um determinado valor e mais tarde virem a ser consideradas não elegíveis. Essa questão começou a levantar dificuldades à escola. Houve outras situações que foram criando alguns constrangimentos. Um deles foi o facto de haver muito trabalho precário, porque havia muitos trabalhadores a recibo verde e que a partir de uma determinada altura a administração entendeu que deviam dar estabilidade aos funcionários.

Hoje temos vários funcionários com largos anos de casa, alguns com 20 anos, que obviamente que nos créditos que reclamam à massa insolvente, serão de valor elevado. Ninguém quis imputar responsabilidades ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Deputado é que quis imputar responsabilidades ao passado, querendo lembrar que quem estava à frente dos destinos da Câmara era o PS e aquilo que eu lhe disse foi a constatação de um facto. A insolvência surge e são vocês que estão a dirigir a Câmara.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que pelo menos hoje ia tentar ficar com a última palavra. Alguém se inscreveu sobre isto. Penso que não. Não foi sobre isto mas adapta-se muito bem para isto. “Andaram muitos anos com o paralítico às costas e nunca lhe arranjaram uma cadeira de rodas”. Acho esta é uma expressão engraçada. Eu não percebo o que é que não é entendível. O que desapareceu foi o património público. Foi isso que eu disse. Desapareceram as ações que a Câmara tinha na entidade que geria a escola e desapareceu todo o património publico que era da Câmara.

A senhora deputada disse que não ia falar do passado, mas acabou, de alguma maneira por justificar alguns aspetos do passado.

JOSÉ LUIS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por responder ao senhor Deputado Manuel Pinheiro dizendo-lhe que “ neste momento estamos a rever o Regulamento de Trânsito. O novo Regulamento vai prever que a rua que mencionou, assim como outras vão passar a ter um único sentido. A rua que vem do Modelo até às traseiras do prédio do Salto, passará a ter um único sentido. Está uma equipa a rever o Regulamento, que depois de finalizado irá a discussão pública. Relativamente à questão do congestionamento na Rampa Alta, a Câmara abriu um concurso por ajuste direto. Concorreram três empresas que vão elaborar um projeto de concessão/construção com base num estudo do

ISEP, que a Câmara tem e que já tinha sido aprovado em reunião do Executivo. Neste momento, as empresas têm cerca de quinze dias para apresentarem o projeto e depois mais ou menos um mês para concluir as obras. O constrangimento que agora se vê irá durar provavelmente mais um mês e meio. Quem colocou as peças de betão foi obviamente a Câmara, porque havia a eminência do muro poder cair a todo o momento. Enquanto Presidente da Câmara, não vou assumir esse ónus e por mandei sinalizar aquela área.

Quanto à Ponte em Padronelo, a informação que eu tinha é que em meados de janeiro os tubos tinham caído. Foi dada nota à entidade competente, as Águas do Norte, que segundo informação que obtive mais tarde, tinham resolvido o problema. Neste momento desconhecia que tinha rebentado novamente e sendo assim vou encaminhar o assunto para quem de direito. Agradeço que me tenha alertado. Da outra questão que referiu, não tenho conhecimento, mas agradeço-lhe também que tenha dado conhecimento.

Relativamente à questão da mobilidade e do VIA, a Câmara não tem qualquer custo com essa situação. Tenho marcado uma reunião com a empresa que gere o VIA, para ver se deve haver ou não alguns ajustamentos aos circuitos que estão a ser feitos, de modo que os circuitos se tornem sustentáveis. Se é como diz, que não transportam ninguém com certeza que acabarão. Sabe que o circuito que vai para o hospital tem algum movimento, mas tenha ou não movimento até ao momento a Câmara não teve qualquer encargo com o VIA.

A intervenção do senhor Deputado Jorge Pinto, relativamente à escola foi pertinente, mas quando assumiu as funções de Presidente da Câmara, uma das suas preocupações foi a Escola Profissional. A escola, criada em 1991, teve sempre alguns problemas. A administração tinha-lhe reportado alguns constrangimentos de tesouraria. Numa reunião que tive nessa altura, foi-me dito que com duzentos e setenta mil euros podíamos resolver o problema de tesouraria. Na altura era esse o esforço que era entendido pela administração para resolver de imediato o problema. Reportei o assunto à reunião de Câmara e o que ficou decidido foi dar numa primeira fase cem mil euros, em junho e o restante em setembro, até porque não havia disponibilidade financeira para mais. Isto no seguimento daquilo que era o entendimento de todos para que a escola funcionasse. Nessa lógica, eu e o restante Executivo fizemos uma proposta para tornar a escola viável. Aconteceu, e assim também quis o destino que no dia a seguir à entrega do cheque, alguém pediu a insolvência da empresa. A história a partir daqui todos a conhecem. Isto despoletou uma série uma série de acontecimentos que levaram a que o tribunal decretasse a insolvência. Dizer que eu tenho argumentos para resolver isto; meus amigos estamos a falar de dois milhões. Eu não tenho argumentos para resolver o problema. Nem eu, nem os senhores Vereadores temos argumentos para injetar dois milhões na escola. Mas, no entanto, a minha preocupação sempre

foi que tínhamos compromissos com os alunos e com os pais. Eu tive uma reunião com o administrador da insolvência e com os pais, dizendo-lhes que tudo iria fazer para que os alunos terminassem o seu ciclo formativo. Na altura, o que fiz foi falar com outras escolas para saber de existências de cursos que permitissem a transição dos alunos para lá. Foi a tentativa de encontrar uma solução, porque eu não tinha nenhuma varinha mágica. Não foi encontrada nenhuma escola. Procurei outras soluções e eis que surge esta nova entidade, o INSTICOOP, onde tenho pessoas amigas que dela fazem parte. A cooperativa não surgiu a pedido. Já existia e há muitos anos, com vocação para o ensino, embora estivesse inativa. Foi-me dito que estariam disponíveis para encontrar uma solução. Isto é louvável. Eu comprometi-me que durante três anos, o meu compromisso era que os alunos terminassem o ciclo de estudos. Muitos terminaram o ano passado, outros terminarão este ano e para o ano. Nessa altura termina a minha responsabilidade política. Claro que nesta transição houve várias questões que entretanto foram colocadas. A primeira é que esta entidade que agora gere a escola vai ter um problema com o POPH, o anterior programa, porque os adiantamentos financeiros e os reembolsos não chegam. A entidade começou a laborar sem qualquer apoio. Fiz uma proposta, que levei à reunião de Câmara no valor de setenta mil euros que pudesse ajudar neste esforço financeiro, porque o dinheiro que tinha vindo foi parar à massa insolvente.

No seguimento daquilo que tinha sido o meu compromisso, era que se não tivesse havido a insolvência a Câmara tinha de colaborar com os cento e setenta mil euros. Fiz uma nova proposta para um novo subsídio porque sabia dos atrasos, não do POPH, mas agora do POCH. Neste momento o montante é elevado, embora tenha sido assinado recentemente o protocolo para desbloquear a verba para este ano letivo. Quem está ligado à formação sabe que é verdade. Não é só esta escola. São todas as que estão ligadas ao ensino profissional. Se forem ao Colégio de S. Gonçalo ficarão a saber que também está com dificuldade no que diz respeito às verbas para os cursos profissionais. Este problema começou com o anterior governo, por isso estou à vontade. Acontece que houve dúvidas na proposta que fiz e que são legítimas, porque são questões a que eu não consigo dar resposta. Sei que a direção da escola quer agora esclarecer os senhores Vereadores, porque as questões que me foram seguramente vão ser esclarecidas. Mas o meu compromisso é continuar a ajudar até que os atuais alunos terminem os estudos. Foi esse o meu compromisso. Questões que me foram colocadas acerca da minha responsabilidade, digo apenas que ela passa por garantir que os alunos continuem a ter aulas. Não tenho de adquirir as instalações. O que me foi dito, foi que as instalações ainda não foram compradas por ninguém. Indo a hasta pública e não havendo compradores, há-de haver um momento em que o preço será residual. Se assim vier a ser, aquilo que eu disse publicamente é que estaria disposto a apresentar uma proposta para a aquisição do edifício, de modo que continue a funcionar ali a escola. Não quero e acho que ninguém

está interessado que aquele espaço se transforme num antro. Todos sabemos que os edifícios desabitados começam a ter alguns problemas. Aquele mais, até pelo lugar em que se encontra. Eu não quero que isso aconteça. E se a Câmara o adquirisse é óbvio que isso teria de ser feito com a aprovação da Câmara, permitiria que a escola lá continuasse. Foi isso que eu disse. Se acham que eu iria pagara um milhão, esqueçam porque se for para isso já tinha apresentado uma proposta. Se devo agora apresentar agora uma proposta? Parece-me que não, até porque a escola já lá não está. A Câmara comprou na devida altura todo o imóvel para que a escola se mantivesse em funcionamento. Neste momento, temos quinze dias desde que fui notificado, para retirar tudo que esteja dentro do edifício. A seguir, não sei se seria de fazer uma proposta para comprar, uma vez que já não tem nada lá dentro. Se entretanto uma entidade privada o adquirir fico todo contente.

Se eu acredito que o projeto tenha ou não viabilidade, acho que sim, embora haja muita coisa que tenha de mudar em Portugal. Não vou falar agora nisso, porque não é altura certa. Em Amarante há espaço para o ensino profissional. Se me dizem que estes cursos que lá estão são para continuar, se calhar temos de mudar alguma vocação em algumas áreas nomeadamente na agricultura, florestas etc. A Câmara neste momento tem responsabilidades para com o ensino profissional. Como sabe, as metas que agora existem é que a Escola Secundária tem de ter 50% dos alunos no ensino profissional. Nós em negociações com a CIM, com a DGEST e com ANQEP, tentamos definir as áreas que devem ser intervencionadas no futuro e depois disso as escolas terão de encontrar vocações nessas saídas que todos os agentes envolvidos vão indicar. Haverá futuro. A entidade que gere agora a escola está a refletir de forma séria esse futuro. Tem um Diretor Pedagógico a tempo inteiro e não tem mais ninguém a receber salário. O caminho parece correto. Quanto à publicidade negativa feita à volta da escola, confesso que fui apanhado de surpresa. Não sabia e fiquei surpreendido com o facto da comunicação social ter sabido em setenta e duas horas do fecho da escola. Não abona em favor de Amarante e publicidade negativa, muito menos no esforço que está a ser feito para começar a haver de novo sucesso. Está toda a gente empenhada nisso; os pais, os professores e os alunos. Estranho também, é o facto do administrador da insolvência não ter falado comigo, até porque numa primeira fase sempre me fiz acompanhar por ele. Mais estranho é porque tinha-se também comprometido a ajudar os alunos. Devíamos ter sido avisados para que pudesse-mos ter colaborado numa solução. Eu acredito que os senhores Vereadores iriam colaborar numa solução. Numa solução e num apoio de cinquenta ou sessenta mil euros e não, como seria lógico numa solução de dois milhões de euros. Mas enfim, foram despejados. Neste momento temos de estar preocupados com o ensino profissional em Amarante, seja nesta ou noutra escola. Amarante sempre acompanhou o ensino profissional. A Câmara é sensível a esta questão e irá ser parceira desta ou doutra escola. Queremos é que estes alunos terminem e não haja mais sobressaltos porque ninguém

ganha com isso. No passado, enquanto fui Vereador sempre votei favoravelmente o apoio à escola. Não acompanhei de perto a gestão da escola e numa das reuniões que tive, pareceu-me que com duzentos e setenta mil euros eram suficientes para resolver a questão. Foi isso que disse na reunião de Câmara.

Imputar agora responsabilidades a este Executivo não é sério. A partir do pedido de insolvência não é sério imputar qualquer responsabilidade a este Executivo, até porque eu não tinha forma de resolver um passivo de dois milhões de euros, embora reconheça que os professores têm direito às suas indemnizações.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que O PS não tentou responsabilizar o senhor Presidente da Câmara. A intervenção do senhor Deputado António Araújo é que empurrou para a constatação do facto de que a insolvência já se deu com o atual Presidente de Câmara.

Quando eu coloquei a questão de que na altura podia ter sido encontrada uma solução, que não passaria naturalmente pela solução dos dois milhões de euros.

Todos nós sabemos que quando é declarado o pedido de insolvência vencem-se os créditos todos e naturalmente as pessoas vão fazer reclamações. Nessa altura, estavam cinco meses de salários em atraso. Não havia ainda caducidade dos contratos de trabalho e não estariam a falar dos valores das indemnizações e que agora são reclamadas. Portanto, também não é verdade que nessa altura fossem necessários os dois milhões, até porque em relação ao credor hipotecário que também reclamou tudo aquilo que tem direito, não só capital, como os juros e também penalizações e estaríamos a falar de valores diferentes. Não sei se seriam suficientes os tais duzentos e setenta mil euros porque não tenho essa informação. Mas provavelmente era aí que era possível encontrar uma solução. Não havia necessidade de ter deixado a escola que existia e os professores que hoje estão sem contrato de trabalho sem trabalho. Aí, a Câmara podia ter encontrado uma solução mesmo tendo dado entrada o processo de insolvência, poder-se-ia ter chegado a um entendimento e fazer acordos. A questão que foi colocada é se era possível ter feito ou não alguma coisa.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que não sabia se o senhor Presidente vai ou não esclarecer, mas eu queria só acrescentar que é preciso ver que é preciso estarmos informados, mas na altura, pelo que sei, tinha havido muitas rescisões por justa causa pelo facto de haver ordenados em atraso aos professores. Estamos a falar de cinquenta mil euros, verba que só contemplava a indemnização pelos anos de serviço. Depois havia também o crédito bancário que andaria à volta de seiscentos mil euros.

JORGE PINTO – PS

No uso da palavra disse que: “numa nota brevíssima quero desfazer um equívoco em relação àquilo que disse. Eu não disse em momento algum que o INSTICOP foi criado para gerir esta escola. Aquilo que eu pretendi dizer e disse foi aquilo que li na ata da reunião da Assembleia Municipal de dezembro, das palavras do senhor Deputado Moura e Silva que disse que: -“Observado o problema e numa primeira análise, depois de perceber o interesse do município nesta escola, foi-me particularmente feito o desafio de poder avaliar um projeto...”. Foi nesse sentido que eu disse e não foi que o INSTICOP foi criado para esse efeito. Se lhe foi feito o desafio é porque era uma entidade credível. O senhor Presidente da Câmara também disse que o INSTICOP tinha larguíssima experiência. O que se constata hoje e ao fim de muito pouco tempo é que efetivamente o INSTICOP não tinha background financeiro nenhum, porque não foi capaz de resolver problema nenhum, antes pelo contrário.

JOSÉ LUIS GASPAR JORGE - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que: “não vou estar a desenterrar coisas antigas, mas uma coisa que não vou permitir que de uma forma subtil eu fique com o ónus de não ter encontrado uma solução. Muito pelo contrário. Boa ou má, eu encontrei uma solução. Não deixei que aqueles jovens ficassem sem nada. Relativamente ao que está a dizer, penso que devemos aceitar a proposta do Dr. Araújo no sentido de se aprovar a verdade toda, porque tentar dizer que eu em agosto tinha conseguido resolver o problema da escola, a senhora Deputada sabe que não é correta a sua observação, porque também sabe que eu não conseguia resolver o problema da escola, porque quando diz que o problema se resolvia pagando cinco meses de salários em atrasos, também sabe que isso não é verdade. Há muitas rescisões e por isso é que eles meteram o pedido de insolvência da Escola. Não há volta a dar e a senhora sabe disso, até porque é jurista. Depois do Tribunal ter decidido encerrar a escola, o que é que a senhora quer que eu faça. Se houver dúvidas, estou à vontade porque o meu objetivo foi permitir que os alunos tivessem continuidade. Se calhar devíamos todos fazer uma reflexão séria sobre o que devia ser o ensino profissional. Para que essa reflexão tenha sucesso e se para isso for preciso analisar o passado, eu estou à disposição. Não tinha forma de encontrar uma solução que não fosse esta e por isso agradeço àqueles que estiveram disponíveis para encontrar a solução.

Como não havia mais nenhum senhor Deputado inscrito para usar da palavra neste período, foi dado início às intervenções do público. Inscreveu-se o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que na sua intervenção disse o seguinte: «Dr. Luís Gaspar, quando responde ao público e sempre que mencione o nome, o faça corretamente, no meu caso, sou António Adelino e não “Avelino”.

Quero dar-lhe conta que a iluminação da rua que vem das finanças e liga ao Campo da Feira está melhor, parabéns.

Senhor. Presidente, alguém do público costuma terminar a sua intervenção lembrando o saudoso Eng. Sousa Veloso, com a expressão «até prá semana», o mesmo é dizer, «até à próxima assembleia»; eu, parafraseando Zeca Afonso, com o refrão «não me obriguem a vir para a rua gritar», ou seja, se entender que a sua resposta à minha intervenção a achar “descabida”, dúbia, tem-me aqui (à perna) a fim de repor a verdade; não é que na última assembleia, acompanhado de crispação, isto aconteceu? Insinuando que as questões por mim colocadas visavam tao só pô-lo à prova, experimentá-lo, ao jeito dos fariseus e escrivas do tempo de Jesus, não tem razão de ser, e passo a explicar: relativamente às medidas preventivas da barragem de Fridão era tão só para dar-lhe oportunidade de “mostrar” serviço, dizer se fez ou não parte daquela “embaixada” de presidentes dos concelhos abrangidos pela barragem de Fridão que foram a Lisboa (não sei se ao Ministério do Mar e da Atmosfera, se à EDP, ou outra empresa qualquer) inteirar-se do processo da barragem, pois o facto de terem ganho a concessão não lhes dá um título de propriedade com tudo o que isso significa: medidas preventivas “ad eternum” como se deu o caso duma barragem atribuída à EDP e ao fim de quase 40 anos desistiram revertendo os terrenos expropriados aos seus legítimos donos, com todos os incómodos e prejuízos que isso acarretou;

Quanto à fusão dos sistemas municipais de água e saneamento, porque se trata dum ato de solidariedade (para aliviar os munícipes do interior com a fatura da água e saneamento que é superior às do litoral) tal como a questão dos refugiados, em que o senhor esteve bem (ao disponibilizar o município para acolher a cota que lhe for atribuída) não entendo porque está contra, das duas uma, ou há razões, e eu gostaria que o senhor nos dissesse quais são ou então trata-se dum caso de incoerência, «dá uma no cravo e outra na ferradura» como sabiamente diz o nosso povo;

Em relação ao juiz social pedia ao Dr. Armindo que fizesse uma descrição sucinta mas clara, tal como fez a respeito do conselho municipal de segurança, quais as competências, se o IMI, o fundo de emergência social, a oferta de livros, a habitação social, etc., estão dentro da área das suas atribuições?

Li na imprensa uma notícia que não abona em nada a favor da imagem do município (e ai concordo que o trabalho jornalístico sobre a escola Dr. Lago Cerqueira manchou o nome de Amarante) e que se referia a uma proposta da camara relativa ao protocolo com a Altice, em que foi chumbada porque os proponentes (à partida, os primeiros interessados que a proposta passe) se abstiveram e os vereadores da oposição votaram contra, estavam à espera de quê? É caso para dizer, caso estivéssemos em campanha eleitoral, e à conhecidíssima pergunta «Você comprava um carro em 2ª mão a estes senhores?», responderia não, e diria mais, perante esta atitude temerosa, medrosa, “Pilatiana” (abster-se em algo que nós próprios propomos, não cabe na cabeça de ninguém, denota falta de convicção, persuasão) nem de graça lhe ficaria com o carro, ou antes, “chaço”)

Perante as palavras do senhor António Adelino o senhor **Presidente da Câmara** disse-lhe que o processo dos Juízes Sociais decorre da lei e seguiu todos os passos. Foi à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal. Quando o Tribunal os resolver chamar, estão à disposição. Não lhe posso dizer mais nada.

Relativamente à questão do serviço da água, volto a dizer que em relação à questão da solidariedade pergunto-lhe: onde é que eu deixei de ser solidário. Repare que as Águas do Noroeste já irão sair da verticalização.

Quanto ao arruamento do Salto até ao Modelo, reafirmo o que já disse; a rua irá passar a ter só um sentido.

Quanto às medidas preventivas da barragem, eu já disse aqui por mais que uma vez que os cinco autarcas que fazem parte da bacia da barragem tem estado sempre em conjunto. Foram à EDP, forma ao Governo e vão de novo falar com o senhor Ministro. Eu não sei o que o senhor quer. Parece-me que quer brincar um bocado com este assunto. Já lhe disse que fui a Lisboa, à EDP. Não é para fazer bonito. Fiz porque é a minha responsabilidade. Não percebo o que é que o senhor pretende. Da próxima vez que vier cá, seja concreto nas perguntas. Não venha para cá divagar e diga exatamente o que quer para eu lhe poder dar respostas concretas. Agora não pode é querer continuar a brincar com isto.

Entretanto o senhor Presidente da Assembleia disse ao senhor Adelino que lhe iria facultar o decreto-lei, relativo aos Juízes Sociais.

Como não havia mais ninguém do público inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato ao **Período da Ordem do Dia**.

PONTO Nº 1 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ AUGUSTO C. PINTO DA SILVA – PS

No uso da palavra, o senhor Deputado colocou quatro questões ao senhor Presidente da Câmara. A primeira diz respeito ao mercado municipal, porque gostava de saber se o projeto que estão a elaborar, ou a modernização que querem fazer naquele espaço, é para que o mercado continue a ser como até aqui, um mercado feira, ou é para ser um mercado municipal diário?

Aparece também neste relatório a “remodelação e os arranjos exteriores dos armazéns”. Será que é só isto, ou será que vamos ter umas oficinas municipais novas?

Há também uma alínea que refere a “zona ribeirinha da margem esquerda”. Sabemos que há um projeto já antigo, que até ganhou um prémio internacional, mas gostava de saber para quando será a sua execução? Ou será que o projeto não é para fazer?

Por último, quero referir a Avenida Alexandre Herculano. Passo lá todos os dias e aquela estrada é uma dor de cabeça. Quando é que temos o projeto, porque eu já nem peço a obra.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que “apenas queria registar e felicitar a Câmara por um projeto recente que foi o Amarante Cidade Desportiva, que visa a agregação de esforços das coletividades desportivas de Amarante, que trabalhando em rede permitem que entre 14 de fevereiro e a última semana de julho se realize todos os fins-de-semana um conjunto de eventos desportivos com alguma dimensão. Permite ter uma agenda bastante preenchida, evitando-se assim alguns conflitos entre eventos que calhavam nas mesmas datas. Serão 40 eventos, 30 modalidades, 60 clubes em movimento durante seis meses. É um exemplo de eficácia e era bom que este trabalho em rede se estendesse a outros setores.

JOSÉ LUIS GASPARGORGE - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse ao senhor Deputado que há uma equipa da Câmara que está a fazer um diagnóstico a toda a situação para avançar com um concurso de ideias. Antes temos de definir a metodologia a seguir. A nossa vontade é que o mercado funcione como mercado municipal diário. Eu pessoalmente quero que a feira se mantenha neste local. Temos é de perceber como é que devemos conciliar isto tudo. Queremos que o mercado ganhe uma nova vida, uma nova dinâmica. Estamos a tentar perceber como é que o mercado possa funcionar para outras atividades e para outras áreas de negócio, a exemplo do que acontece noutros mercados europeus. O mercado vai continuar no centro porque dá alma à cidade e por isso é aqui que deve continuar.

As oficinas vão sofrer arranjos exteriores e vamos começar também a fazer intervenção no edifício. Já temos o projeto e iremos avançar, embora ainda estejamos a discutir alguns pormenores. O arranjo exterior é para avançar brevemente.

A zona ribeirinha da margem esquerda do Tâmega, não é para esquecer. Aliás, é prioritária. Se quem de direito não me der o aval para avançar, quando houver despejos das elevatórias como o que aconteceu durante as festas do junho de 2015, eu irei fazer uma conferência de imprensa ali ao lado. Estou farto de que andem a brincar connosco já há cinco anos. Nunca aceitam uma solução que se lhes apresente. O projeto estava lindo e eu queria executá-lo. Não aceitam que se faça. Tentamos pô-lo mais estreito, mas nem assim foi aceite. As Águas do Noroeste na altura pediram um estudo à Universidade do Minho, que provava que não há impacto nenhum durante as cheias. Entretanto optou-se pela solução de uma estrutura metálica. A APA

autorizou. Agora vamos ver o que diz a DRCN. O projeto que era lindíssimo, não vai poder ser feito. Agora, sempre que houver um despejo, vou dar uma conferência de imprensa. Já o disse em Lisboa ao senhor Secretário de Estado do Ambiente e ao senhor Presidente da APA a nível nacional. Têm tanta preocupação com o rio e então a questão ambiental não lhes importa? Passa-se o mesmo com a barragem. Entre a barragem de jusante e a de montante também não vejo da parte dessas entidades preocupação alguma com as questões ambientais que ali vão acontecer. Não dizem que vamos ter uma faixa de nove metros a contaminar todo aquele espaço em que o relatório diz que é preciso lá meter uma vegetação que minimize o impacto visual. E em termos ambientais? E em termos de saúde pública? São essas as questões que ainda falta falar. Tomara eu que esse projeto já estivesse e que essas duas estações elevatórias já estivessem desativadas.

A Avenida Alexandre Herculano e sua recuperação não foi um compromisso meu durante a campanha eleitoral, nem é um compromisso do programa, mas concordo consigo, porque aquela avenida precisa de uma intervenção rápida. Eu tenho uma proposta, que levarei à reunião do Executivo, que neste momento ainda passa por algumas negociações. Uma delas é resolver o problema do estacionamento, porque só assim se pode libertar o espaço. Já tenho uma solução que vai de encontro às expectativas de todos nós. Resolvida essa questão, farei a requalificação da avenida para que ela possa ter a dignidade que todos nós queremos que ela tenha. Estou empenhado em resolver o assunto, mas para isso tenho de comprar terreno para resolver o problema de estacionamento. Para que tudo isso aconteça, tenho de ter autorização da Câmara para fazer essa infraestrutura.

Entretanto o senhor Deputado **JOSÉ AUGUSTO**, usou de novo a palavra para dizer que se a solução parece não demorar, pede então que se faça um passeio temporário de um dos lados, porque a continuar assim é impossível andara ali a pé.

Nesta altura, o senhor Presidente da Mesa pediu para se ausentar temporariamente, assumindo a Presidência o primeiro Secretário Hélder Ferreira. O seu lugar foi então ocupado pelo senhor Deputado José de Freitas Ribeiro.

PONTO Nº 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA A CARTA DE COMPROMISSO PARA A DISCUSSÃO DO PACTO DE MILÃO SOBRE POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO URBANA

Relativamente a este ponto nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso o assunto foi de imediato posto à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta também por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E OCUPAÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS.

Relativamente a este ponto nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso o assunto foi de imediato posto à votação. Dessa votação apurou-se a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi ainda aprovado em minuta também por **UNANIMIDADE**, para produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum ponto na agenda de trabalho, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram vinte e três horas. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____